

PASCHOALIN, Eliana. Começa demolição do prédio da Pólo Norte: previsão é que toda a fachada do segundo andar seja posta abaixo até o final da tarde de hoje; trânsito será liberado amanhã. Diário do Povo, Campinas, 10 maio 1998.

ELIANA PASCHOALIN

O prédio onde funcionava a Panificadora Pólo Norte na Rua Barão de Jaguará, 1.289, começou a ser demolido ontem pela manhã. Toda a fachada do segundo andar seria demolida até hoje à tarde, segundo previsão da Lace Assessoria Comércio e Empreendimentos — a empresa contratada às pressas para fazer o serviço — para que o trân-

sito possa ser liberado amanhã.

O trecho entre as ruas General Osório e Bernardino de Campos está interditado desde a noite de sexta-feira, quando parte da marquise do prédio de mais de 100 anos desabou, ferindo duas pressas que passavam pela calçada: o estudante Michel Delgado, de 15 anos, que teve fratura exposta na perna, e a doméstica Ilda de Cássia Lopes Magalhães.

Muitos curiosos se aglomeraram na Barão de Jaguará para acompanhar a demolição, que começou por uma das paredes laterais do imóvel. “A demolição será feita tijolo a tijolo, com ferramentas leves”, explicou o engenheiro João Carlos Coutinho, um dos proprietários da Lace. Segundo o engenheiro, que entrou no edifício ontem pela manhã, não havia risco iminente de novos desabamen-

tos. Onze operários, entre pedreiros e serventes, trabalham na demolição, que seria interrompida no início da noite e retomada hoje de manhã. Até ontem, a Lace e o locatário do imóvel, o empresário Arildo Corrêa, um dos donos da rede Giovannetti, não haviam negociado a demolição total do prédio.

O imóvel já estava condenado pela Defesa Civil. Segundo o advogado de Corrêa, Roberto Francis-

co de Carvalho, o empresário adquiriu o imóvel no início do ano disposto a derrubá-lo para a instalação de um bingo. “Mas ele já tinha desistido da idéia do bingo e pensava em abrir um estacionamento”, diz o advogado. Segundo Carvalho, o imóvel só não foi demolido antes porque o Departamento de Urbanismo da Prefeitura não concedeu o alvará.

“Um telhado chegou a ser reti-

rado, mas aí surgiu a dúvida se o prédio seria tombado pelo Condepacc. Por isso a obra foi parada”, lembra Carvalho. “Depois a prefeitura negou o alvará por causa de uma dívida de IPTU”, diz, sem precisar, no entanto a data do requerimento do alvará.

O laudo da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de Campinas, que apura as causas do acidente, sai em 30 dias.